



Fator Seguradora S.A.
C.N.P.J. nº 33.061.862/0001-83

fator seguradora

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO DA FATOR SEGURADORA S.A.

Em cumprimento das disposições legais e estatutárias, apresentamos as demonstrações financeiras referentes 31 de dezembro de 2014, acompanhadas do Relatório dos Auditores Deloitte Touche Tohmatsu.

A Seguradora apurou lucro de R\$ 18.792 no exercício findo em 31 de dezembro de 2014 (R\$ 20.553 em 2013). As operações da Companhia, incluindo lucros obtidos em contratos com resseguradores e o resultado financeiro favorável devido ao aumento na taxa de juros, contribuíram para o bom desempenho da Seguradora no período.

A Seguradora atua nos ramos garantias de obrigações públicas e privadas, fiança locatícia, riscos de engenharia e riscos operacionais, que fazem parte dos riscos de infraestrutura, e também em riscos de responsabilidades civil.

A Fator Seguradora S.A. é especialista nos ramos relacionados à infraestrutura de forma abrangente. A Seguradora conta com um quadro funcional experiente, sistemas de última geração, contratos com resseguradores nacionais e internacionais de primeira linha e estrutura eficiente de distribuição, através de corretores de seguros focados nos mesmos segmentos.

É propósito da Seguradora continuar operando nos mesmos segmentos, nos quais tem provada experiência. O Estatuto Social da Seguradora determina a constituição de reserva legal no valor de 5% do lucro líquido do exercício e mínimo de 25% do lucro líquido ajustado na forma de distribuição de dividendos obrigatórios. Os ativos líquidos da Seguradora garantem sua solidez financeira e o valor do patrimônio líquido da Seguradora é fiscalizado pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, para operar em todo território nacional.

A Seguradora administra, em conjunto com consultores jurídicos externos, processos remanescentes das operações de seu antigo Controlador e mantém provisões contábeis para todos os processos que apresentam situação de perda provável.

A Diretoria gostaria de registrar especial reconhecimento aos clientes e aos corretores de seguros, que honraram esta Seguradora com sua confiança, aos resseguradores pelo valioso apoio recebido e aos funcionários pelo profissionalismo colocado a serviço da Seguradora.

Agradecemos também a Superintendência de Seguros Privados - SUSEP; à Confederação Nacional das Empresas de Seguros Gerais, Previdência Privada e Vida, Saúde Suplementar e Capitalização ("CNSeg"), à Federação Nacional de Seguros Gerais ("Fensseg") e ao Sindicato do Estado de São Paulo ("Sinsseg") pelo apoio recebido ao longo do ano.

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013				(Em milhares de reais - R\$)			
	Notas	2014	2013		Notas	2014	2013
Ativo				Passivo			
Circulante		420.763	347.193	Circulante		273.796	203.600
Disponível		345	1.622	Contas a pagar	6.e	10.136	8.217
Caixa e bancos	7	345	1.622	Obrigações a pagar		7.711	6.500
Aplicações	8	222.733	201.454	Impostos e encargos sociais a recolher		1.393	781
Crédito das operações com seguros e resseguros		63.626	43.636	Empargos trabalhistas		768	723
Prêmios a receber	10	47.694	38.017	Impostos e contribuições		264	213
Operações com seguradoras		3.630	2.577	Débito das operações com seguros e resseguros	6.e	89.706	62.607
Operações com resseguradoras		12.302	3.042	Prêmios a receber		80	28
Outros créditos operacionais	19.a	31.263	20.436	Operações com seguradoras		4.103	2.389
Ativos de resseguro - provisões técnicas	15.d	88.433	61.158	Operações com resseguradoras		52.176	36.554
Títulos e créditos a receber		5.328	10.127	Corretores de seguros e resseguros		2.687	3.795
Títulos e créditos a receber	12	1.258	1.344	Outros débitos operacionais	19.b	30.660	19.841
Créditos tributários e previdenciários	11	1.793	7.336	Depósitos de terceiros	19.c	492	589
Depósitos judiciais e fiscais	12	1.001	988	Provisões técnicas - seguros	15	172.412	131.059
Outros créditos		1.276	459	Danos		171.843	130.541
Despesas antecipadas		14	56	Pessoas		569	518
Custos de aquisição diferidos				Outros débitos		1.050	1.128
Seguros	15.b	9.021	8.704	Instrumentos financeiros derivativos		-	9
Realizável a longo prazo		65.384	83.573	Provisões judiciais	12	1.050	1.119
Créditos das operações com seguros e resseguros		64.868	83.153	Passivo não circulante		79.110	102.004
Prêmios a receber	10	10.177	15.609	Contas a pagar	6.e	385	436
Operações com seguradoras		304	113	Obrigações a pagar		385	436
Operações com resseguradoras		5	5	Débitos das operações com seguros e resseguros	6.e	8.980	14.897
Outros créditos operacionais	19.a	5	5	Operações com seguradoras		1.883	539
Ativos de resseguro - provisões técnicas	15.d	44.621	54.944	Operações com resseguradoras		6.667	14.136
Títulos e créditos a receber		2.802	2.599	Corretores de seguros e resseguros		430	232
Títulos e créditos a receber	12	994	925	Provisões técnicas - seguros	15	69.460	86.434
Créditos tributários e previdenciários	11	1.765	1.631	Danos		69.460	86.434
Depósitos judiciais e fiscais	12	43	43	Outros débitos		285	237
Custos de aquisição diferidos				Provisões judiciais	12	285	237
Seguros	15.b	6.959	9.883	Patrimônio líquido	14	133.241	125.162
Investimentos		217	166	Capital social		97.352	97.352
Participações societárias		214	163	Reservas de lucro		35.889	27.810
Imóveis destinados a renda		3	3				
Imobilizado		222	203				
Bens móveis		175	163				
Outras imobilizações		47	40				
Intangível		77	51				
Outros intangíveis		77	51				
Total do ativo		486.147	430.766	Total do passivo e patrimônio líquido		486.147	430.766

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013

	Capital social	Reservas de lucros		Lucros acumulados	Total
		Legal	Estatutária		
Saldos em 31 de dezembro de 2012	97.352	10.397	7.504	-	115.253
Lucro líquido do exercício	-	-	-	20.553	20.553
Proposta para destinação lucros	-	1.028	8.881	(20.553)	(10.644)
Juros sobre capital próprio	-	-	-	(5.763)	(5.763)
Reserva legal	-	1.028	-	(1.028)	-
Reserva estatutária	-	-	8.881	(8.881)	-
Dividendos	-	-	-	(4.881)	(4.881)
Saldos em 31 de dezembro de 2013	97.352	11.425	16.385	-	125.162
Lucro líquido do exercício	-	-	-	18.792	18.792
Proposta para destinação lucros	-	940	7.139	(18.792)	(10.713)
Juros sobre capital próprio	-	-	-	(6.250)	(6.250)
Reserva legal	-	940	-	(940)	-
Reserva estatutária	-	-	7.139	(7.139)	-
Dividendos	-	-	-	(4.463)	(4.463)
Saldos em 31 de dezembro de 2014	97.352	12.365	23.524	-	133.241

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013 (Em milhares de reais - R\$)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Fator Seguradora S.A. ("Seguradora"), com sede na Avenida Santo Amaro, 48, cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, opera em todo território nacional em seguros, nos ramos de riscos financeiros como garantia de obrigações privadas, públicas, judiciais, concessões públicas e fiança locatícia, riscos patrimoniais, como riscos de engenharia e operacionais e riscos de responsabilidades, como responsabilidade civil incluindo administradores e diretores (D&O), responsabilidade civil de profissionais (D&O) e responsabilidade civil geral. A Seguradora integra o Conglomerado Fator e é controlada diretamente pelo Banco Fator S.A. seu único acionista.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

a) Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas em consonância com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às sociedades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, normas expedidas pelo Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP, pronunciamentos técnicos e orientações e interpretações técnicas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC quando referendados pela SUSEP.

Os pronunciamentos emitidos pelo CPC visam à harmonização das práticas contábeis brasileiras as normas internacionais de contabilidade prescritas pelo "International Accounting Standards Board - IASB". Desde 2011, a SUSEP editou Circulares visando o processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, no sentido de regulamentar este processo de convergência.

b) Normas e alterações de normas

Em 6 de janeiro de 2014, a SUSEP emitiu a Circular nº 483 instituindo o novo plano de contas e modelo de publicação das demonstrações financeiras das sociedades seguradoras, resseguradoras, de capitalização e entidades abertas de previdência complementar, com vigência a partir de janeiro de 2014, revogando assim a circular SUSEP nº 464, de 1 de março de 2013.

c) Comparabilidade

As demonstrações financeiras estão sendo apresentadas com informações comparativas de períodos anteriores, conforme disposições do CPC 26 e da Circular SUSEP nº 483, de 6 de janeiro de 2014.

Descrição	Originalmente apresentado 31/12/2013	Ajustes	Reapresentado 31/12/2013
Demonstrações do resultado:			
(+) Receita com emissão de apólices	107	(*) 2.120	2.227
(+) Outras receitas e despesas operacionais	(8.987)	(*) (2.120)	(1.107)
(*) Refere-se a recuperação de custo do bilhete do seguro DPVAT.			

d) Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico. Os ativos financeiros foram classificados na categoria avaliados ao valor justo através do resultado.

e) Demonstração de resultados abrangentes

A demonstração de resultados abrangentes está sendo apresentada em quadro demonstrativo próprio e compreende, quando aplicável, itens de receita e despesa que não são reconhecidos na demonstração do resultado, conforme requerido ou permitido pelos CPCs.

f) Continuidade

A Administração avaliou a habilidade em continuar as operações e está convencida de que a Seguradora possui recursos suficientes para dar continuidade a seus negócios. Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a continuidade dos negócios.

g) Uso de estimativas

A elaboração das demonstrações financeiras requer que a Administração use o julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis, que envolvem, dentre outros, ajustes na provisão para riscos sobre créditos, imposto de renda e contribuição social diferidos, provisões técnicas e provisões para riscos fiscais, civis e trabalhistas, revisados periodicamente pela Seguradora.

Estas demonstrações financeiras foram autorizadas a serem divulgadas em 27 de fevereiro de 2015.

3. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As principais práticas contábeis utilizadas na preparação das demonstrações financeiras estão demonstradas a seguir e foram aplicadas consistentemente nos períodos comparativos apresentados, exceto quando indicado o contrário.

a) Moeda funcional

As demonstrações financeiras estão apresentadas em reais (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação da Seguradora.

As transações denominadas em moeda estrangeira são convertidas para Reais, utilizando-se as taxas de câmbio da data das transações. Ganhos ou perdas de conversão de saldos denominados em moeda estrangeira, resultantes da sua liquidação e conversão de saldos na data do balanço, são reconhecidos no resultado do exercício.

b) Caixas e equivalentes de caixa

Caixas e equivalentes de caixa incluem caixa, saldos positivos em conta movimento, aplicações financeiras resgatáveis no prazo de até 90 dias entre a data de aquisição e vencimento e com risco insignificante de mudança de seu valor de mercado e que não afetem a vinculação como ativos garantidores das reservas técnicas.

c) Ativos financeiros

A Seguradora classifica seus ativos financeiros nas categorias: ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado, investimentos mantidos até o vencimento, ativos financeiros "disponíveis para venda" e empréstimos e recebíveis. A classificação depende da natureza e finalidade dos ativos financeiros, determinada na data do reconhecimento inicial. Todas as aquisições ou alienações normais de ativos financeiros são reconhecidas ou baixadas com base na data de negociação.

Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Os ativos financeiros são classificados ao valor justo por meio do resultado quando são mantidos para negociação ou designados pelo valor justo por meio do resultado.

Um ativo financeiro é classificado como mantido para negociação se:

- For adquirido, principalmente, para ser vendido a curto prazo.
- O reconhecimento inicial é parte de uma carteira de instrumentos financeiros identificados que a Seguradora administra em conjunto e possui um padrão real recente de obtenção de lucros a curto prazo; ou
- For um derivativo que não tenha sido designado como um instrumento de "hedge" efetivo.

Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são demonstrados ao valor justo, e quaisquer ganhos ou perdas resultantes são reconhecidos no resultado. Ganhos e perdas líquidos reconhecidos no resultado incorporam os dividendos ou juros auferidos pelos ativos financeiros e ajustes de avaliação ao mercado, incluídos na rubrica "Resultado financeiro", no resultado.

Investimentos mantidos até o vencimento

Os investimentos mantidos até o vencimento correspondem a ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis e data de vencimento fixa que a Seguradora tem a intenção positiva e a capacidade de manter até o vencimento. Após o reconhecimento inicial, os investimentos mantidos até o vencimento são mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos, menos eventual perda por redução ao valor recuperável.

Ativos financeiros disponíveis para venda

Os ativos financeiros disponíveis para venda correspondem a ativos financeiros não derivativos designados como "disponíveis para venda" ou não, são classificados como: (a) empréstimos e recebíveis; (b) investimentos mantidos até o vencimento; ou (c) ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado. As variações no valor contábil dos ativos financeiros disponíveis para venda relacionadas às receitas de juros calculadas utilizando o método de juros efetivos são reconhecidos no resultado. Outras variações no valor contábil dos ativos financeiros disponíveis para venda são reconhecidas em "Ajuste com títulos e valores mobiliários", líquidos dos seus correspondentes efeitos tributários, no patrimônio líquido.

Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis e que não são cotados em um mercado ativo. Os empréstimos e recebíveis são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução do valor recuperável.

d) Baixa de instrumentos financeiros

Ativos financeiros são baixados quando os direitos contratuais de recebimento dos fluxos de caixa provenientes destes ativos cessam ou se houver uma transferência substancial dos riscos e benefícios de sua propriedade. Quando não são transferidos nem retidos substancialmente os riscos e benefícios, a Seguradora avalia o controle do instrumento, a fim de assegurar sua manutenção no ativo.

A Seguradora baixa passivos financeiros somente quando suas obrigações são extintas e canceladas ou liquidadas. A diferença entre o valor contábil do passivo financeiro baixado e a contrapartida paga e a pagar é reconhecida no resultado.

e) Reclassificação de ativos financeiros

A Seguradora não reclassifica um ativo financeiro da categoria "mensurado ao valor justo por meio do resultado" enquanto ele estiver na carteira, de acordo com as especificações do CPC 38: Um instrumento financeiro derivativo não deve ser reclassificado de ou para a categoria "mensurado ao valor justo por meio do resultado" enquanto ele é mantido ou emitido.

• Um instrumento mensurado ao valor justo por meio do resultado não deve ser reclassificado se ele obtve essa classificação no reconhecimento inicial.

As demais reclassificações de ativos financeiros devem ser feitas ao valor justo na data do evento. Este valor justo se torna o novo custo do ativo e não é permitida reversão de ganhos ou perdas referentes ao valor justo reconhecido antes da reclassificação. Na data da reclassificação, deve ser realizado o novo cálculo da taxa efetiva de juros para investimentos mantidos até o vencimento e para empréstimos e recebíveis. Aumentos subsequentes nas estimativas de fluxos de caixa futuros ajustam a nova taxa de juros prospectivamente.

f) Instrumentos financeiros derivativos

A seguradora utiliza instrumentos financeiros derivativos, basicamente aqueles em que os ativos objetos são as taxas de juros prefixadas, os quais não foram utilizados para fins de especulação. Os instrumentos financeiros derivativos são inicialmente reconhecidos ao valor justo, sendo reavaliados subsequentemente também ao valor justo.

Derivativos são apresentados como ativos financeiros quando o valor justo do instrumento for positivo, e como passivos financeiros quando o valor justo for negativo. Quaisquer ganhos ou perdas resultantes de mudanças no valor justo de derivativos são lançados diretamente na demonstração de resultado.

Em 31 de dezembro de 2013 a Seguradora detinha operações com contratos futuros DI, em virtude das aplicações em LTN - Letras do Tesouro Nacional, classificadas na categoria de títulos para negociação. Em 31 de dezembro de 2014 não há saldos de operações com derivativos.

Estas operações com instrumentos financeiros derivativos foram devidamente registradas na BM&FBovespa - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros.

g) Prêmios de seguros e receitas de comercialização

Os prêmios de seguros, os prêmios cedidos e os respectivos custos de comercialização são registrados quando da emissão da apólice e reconhecidos no resultado de acordo com o regime de competência, observando a vigência do risco. A Seguradora não possui operações de retrocessão.

As receitas e despesas de comercialização são diferidas e apropriadas ao resultado durante a vigência dos seguros. Para as operações de seguros do ramo DPVAT as receitas e despesas são contabilizadas com base nos informes recebidos da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A.

O valor recuperável dos prêmios de seguros é apurado com base em estudo técnico desenvolvido pela Administração da Seguradora, que leva em consideração o histórico de perdas incorridas e os riscos de inadimplência, conforme o cliente e a severidade do atraso verificado, conforme permitido pela Circular SUSEP 483 de 6 de janeiro de 2014. A Seguradora constitui provisão relativa a riscos vigentes e não emite com base em nota técnica atuarial.

h) Investimentos

Os investimentos no ativo permanente, referem-se substancialmente a participação na Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., sendo demonstrado pelo valor de custo.

i) Imobilizado

A depreciação dos bens é calculada pelo método linear sobre o custo de aquisição corrigido com as seguintes taxas anuais: 20% para processamento de dados, veículos e benfeitorias em imóveis de terceiros de acordo com o período de locação do imóvel e 10% para móveis e utensílios.

A benfeitorias em imóveis de terceiros estão demonstradas ao custo de aquisição, depreciadas pelo método linear com base no prazo estimado de benefício.

A baixa de imobilizado ocorre por venda ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda.

O valor residual de vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso.

j) Ativos intangíveis

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial.

Os ativos intangíveis com vida útil finita são amortizados com base na expectativa de vida útil remanescente.

k) Redução ao valor recuperável dos ativos não financeiros

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos não financeiros com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para deterioração ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

l) Provisões técnicas

• A provisão de prêmios não ganhos - é constituída pela parcela do prêmio de seguro correspondente ao período de risco a decorrer dos prêmios já emitidos, calculada pelo método "pro rata" dia, em conformidade com as determinações e os critérios estabelecidos pelo CNSP e pela SUSEP.

• A Provisão de Prêmios Não Ganhos de Riscos Vigentes mas Não Emitidos - PPNG - RVNE é calculada, para os seguros de danos e seguros de pessoas, de acordo com metodologia específica descrita em NTA e tem como objetivo estimar a parcela de prêmios não ganhos, referentes aos riscos assumidos pela seguradora, cujas vigências já se iniciaram e que estão em processo de emissão.

• A provisão de sinistros a liquidar é constituída por estimativas de pagamentos prováveis, líquidos de recuperações de cosseguro, determinada com base nos avisos recebidos até a data do balanço e atualizada monetariamente, quando aplicável.

• A Seguradora constitui provisão para sinistros ocorridos e não suficientemente avisados - IBNER, através de metodologia descrita em nota técnica atuarial.

• A provisão para despesas relacionadas é constituída por estimativa de pagamentos prováveis, líquidos de recuperações de cosseguro, determinada com base nas despesas de sinistros já conhecidas até a data do balanço e em nota técnica atuarial com objetivo de estimar o valor relacionado a demais parcelas esperadas.

• A provisão de sinistros ocorridos mas não avisados (IBNR) é calculada com base na Circular SUSEP nº 485/14, exc



Fator Seguradora S.A.
C.N.P.J. nº 33.061.862/0001-83

fator seguradora

—* continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013
(Em milhares de reais - R\$)

5. GESTÃO DE RISCO E CAPITAL

As principais atividades da Fator Seguradora estão nos segmentos diferenciados ou com a estruturação de soluções sob medida às necessidades dos clientes. A Seguradora iniciou suas atividades em 2008 e chegou ao mercado especializada em seguros financeiros, estruturados para proteger os negócios de seus clientes. Atualmente a seguradora também opera com seguros voltados para o setor de infraestrutura, como Riscos de Engenharia, Riscos Operacionais, Responsabilidade Civil entre outros. Opera em todo o território nacional através de corretores de seguros, com qualidade e agilidade na prestação de serviços. A estrutura organizacional da Seguradora é composta pelas áreas comercial, jurídica, técnica, administrativa/financeira, sinistros, gerenciamento de riscos e análise financeira de empresas, assim como também se utiliza da estrutura operacional do Banco Fator S.A. Como exemplo, mencionamos os departamentos de compliance, auditoria interna, recursos humanos, tecnologia, marketing e riscos corporativos. O gerenciamento de riscos é essencial para as atividades da Seguradora, envolve todos os departamentos e conta com a participação da gestão, desde a alta Administração até níveis operacionais e inclui um conjunto de políticas e estratégias de alocação de recursos considerados adequados pela Administração. Tem por objetivo adicionar valor ao negócio à medida que proporciona suporte às áreas de negócios no planejamento das atividades, maximizando a utilização de recursos próprios e de terceiros em benefício dos acionistas, administradores, clientes, fornecedores e colaboradores da Fator Seguradora.

6. POLÍTICA DE GERENCIAMENTO DE RISCOS

A Política está associada à complexidade dos serviços, inovação de produtos ofertados bem como na qualidade da sua precificação através de valor econômico agregado. O monitoramento constante dos Riscos de Capital, Crédito, Liquidez, Mercado e Seguros faz parte da rotina de Gerenciamento de Riscos da estrutura da Seguradora.

a) Riscos de Seguros

O gerenciamento de risco de seguros é um aspecto crítico no negócio. Consiste na aplicação da teoria da probabilidade aplicada para a precificação e provisionamento das operações de seguros. O principal risco é que a frequência e severidade de sinistros seja maior do que o estimado. Risco de seguro é o risco em que o tomador ou segurador transfere para a Seguradora, o risco de ocorrência do sinistro sobre o objeto segurado. Os principais riscos abrangidos nos contratos de seguros são representados por: custo dos sinistros em contrapartida ao montante global de prêmios recebidos. São controlados através de políticas que estabelecem procedimentos, observando as determinações específicas dos requisitos regulamentares. Estratégia de subscrição A estratégia de subscrição visa diversificar as operações de seguros para assegurar o balanceamento da carteira agrupando os riscos com características similares objetivando reduzir o impacto de riscos isolados. O Risco de Subscrição é oriundo de uma situação econômica adversa, que contraria tanto as expectativas da Seguradora no momento da elaboração de sua política de subscrição, quanto às incertezas existentes na estimativa das provisões.

A subscrição é fundamental para que a Seguradora seja capaz de alcançar dois objetivos:

- Fornecer cobertura de seguro.
 - Obter lucro operacional.
- Estratégia de resseguro Como forma de reduzir o risco foi definida a política de resseguro, revisada no mínimo anualmente. Para esta definição constam os riscos a ressegurar, lista dos resseguradores e grau de concentração. Os contratos de resseguro firmados consideram condições proporcionais e não proporcionais, de forma a reduzir a exposição a riscos isolados, além de termos facultativos para determinadas circunstâncias.

Ramo	Tipo de resseguro	Modalidade de contrato	Cobertura	
			Prioridade R\$ mil	Faixa R\$ mil
0775 (Garantia Segurado - Setor Público) - Riscos Financeiros	Não proporcional	Resseguro - Excesso de Danos	4.000	81.000
0776 (Garantia Segurado - Setor Privado) - Riscos Financeiros	Não proporcional	Resseguro - Excesso de Danos	4.000	81.000
0167 (Riscos de Engenharia) - Patrimonial	Não proporcional	Resseguro - Excesso de Danos	3.000	45.000
0196 (Riscos nomeados e operacionais) - Patrimonial	Não proporcional	Resseguro - Excesso de Danos	3.000	45.000
0210 (R.C. Administradores e Diretores D&O) - Responsabilidades	Não proporcional	Resseguro - Excesso de Danos	1.000	6.500
0378 (R.C. Profissional) - Responsabilidades	Não proporcional	Resseguro - Excesso de Danos	1.000	6.500

A Seguradora trabalha basicamente com os seguintes grupos de seguros:

- **Seguros de riscos patrimoniais** - Oferece cobertura básica para danos causados por incêndios, queda de raios e explosão causada por gás empregado no uso doméstico (quando não gerado nos locais segurados) e suas consequências tais como desmoronamento, impossibilidade de proteção ou remoção de salvados, despesas com combate ao fogo, salvamento e desdémio do local.
- **Seguros de riscos de engenharia** - Oferece cobertura aos riscos decorrentes de falha de engenharia e suas etapas como instalação e montagem, obras civis em construção, quebra de máquinas entre outros.
- **Seguros de responsabilidades** - Asseguram uma compensação na ocorrência de prejuízos, podendo abranger inclusive seus empregados e clientes. Os principais riscos relacionam-se a danos corporais e materiais. O Seguro de responsabilidade civil, entre outros, a responsabilidade geral/pública, de produto, de conselheiros e diretores, por erros e omissões e responsabilidade por cancelamento de eventos.
- **Seguros financeiros** - Inclui o Seguro Garantia, anteriormente denominada Seguro Garantia de Obrigações Contratuais (GOC). Utilizado por órgãos da administração direta e indireta (federais, estaduais e municipais), públicos e privados, que devem exigir garantias de manutenção de oferta (em caso de concorrência) e de fiel cumprimento de contratos e também para as empresas privadas que, nas suas relações contratuais com terceiros (fornecedores, prestadores de serviços e empreiteiros de obras), desejam garantir-se contra o risco de descumprimento dos contratos.

Ramos	Prêmios emitidos		Resseguros cedidos		Percentual ressegurado	
	2014	2013	2014	2013	2014	2013
Riscos de engenharia	9.332	9.081	8.586	8.686	92,01	95,65
Riscos nomeados e operacionais	12.033	4.741	10.745	3.794	89,30	80,03
RC de administradores e diretores(D&O)	2.545	1.379	2.395	1.154	94,11	83,68
RC Profissional (E&O)	2.437	948	1.961	813	80,47	85,76
R.C. Geral	3.200	565	2.779	567	86,84	100,35
DPVAT	40.917	35.693	-	-	-	-
Garantia de obrigações privadas	252	2.025	(24)	1.578	-9,52	77,93
Garantia de obrigações públicas	569	2.258	456	1.805	80,14	79,94
Fiança Locatícia	418	-	275	-	65,79	-
Garantia de concessões públicas	-	6	(56)	-	83,33	-
Garantia judicial	73	4.591	(88)	4.156	-120,55	90,52
Garantia segurado-setor público	25.285	43.306	23.262	36.369	92,00	83,98
Garantia segurado-setor privado	17.792	12.889	16.406	10.813	92,21	83,89
Total bruto de riscos vigentes não emitidos, comissões e despesas diferidas	114.853	117.482	66.697	69.740		
Prêmios de riscos vigentes não emitidos	12.043	7.734	-	-	-	-
Prêmios de riscos vigentes não emitidos - Resseguros cedidos	-	-	6.318	5.155	-	-
Comissões sobre resseguros cedidos	-	-	(19.975)	(24.284)	-	-
Variações das despesas de resseguros	-	-	489	3.281	-	-
Total líquido de riscos vigentes não emitidos, comissões e despesas diferidas	126.896	125.216	53.529	53.892		

O gerenciamento dos riscos destes seguros é administrado principalmente, pela precificação, seleção de riscos e resseguro. Há monitoramento e reação de forma tempestiva às mudanças nos ambientes econômicos e comerciais, assegurando um alto padrão de análise e aceitação de riscos. Os departamentos técnicos monitoram e avaliam a exposição de risco sendo responsáveis pelo desenvolvimento, implementação e revisão das políticas referentes à subscrição, tratamento de sinistros, resseguro e provisões técnicas de seguros e resseguros.

Resseguradoras	Classe	2014		2013		
		2014	2013	2014	2013	
Local 1(*)	Local	41	-	0,06	-	
Local 2(*)	Local	351	1.130	0,53	1,62	
Local 3(*)	Local	323	385	0,48	0,55	
Local 4(*)	Local	224	-	0,34	-	
Local 5(*)	Local	271	74	0,41	0,11	
Local 6(*)	Local	8.493	9.498	12,73	13,62	
Local 7(*)	Local	17.982	12.356	26,96	17,72	
Local 8(*)	Local	140	175	0,21	0,25	
Local 9(*)	Local	22	730	0,03	1,05	
Local 10(*)	Local	5.704	344	8,55	0,49	
Local 11(*)	Local	623	93	0,93	0,13	
Eventual 1	Eventual A	Standard & Poor's/FITCH	145	-	0,22	0,13
Eventual 2	Eventual A	A.M. Best Company	2.882	4.343	4,32	6,23
Eventual 3	Eventual AA	Standard & Poor's/FITCH	-	141	-	0,20
Eventual 4	Eventual A	A.M. Best Company	124	157	0,19	0,23
Eventual 5	Eventual AA-	Standard & Poor's/FITCH	(28)	-	-0,04	-
Eventual 6	Eventual AA-	Standard & Poor's/FITCH	1.845	3.522	2,77	5,05
Eventual 7	Eventual A	Standard & Poor's/FITCH	179	2.973	0,27	4,26
Eventual 8	Eventual A++	A.M. Best Company	240	3	0,36	-
Eventual 9	Eventual A+	Standard & Poor's/FITCH	2	-	-	-
Eventual 10	Eventual A+	A.M. Best Company	4.696	8.032	7,04	11,52
Eventual 11	Eventual A	A.M. Best Company	704	881	1,06	1,26
Admitida 1	Admitida A	Standard & Poor's/FITCH	56	-	0,08	-
Admitida 2	Admitida A+	A.M. Best Company	237	-	0,36	-
Admitida 3	Admitida A+	A.M. Best Company	528	1.531	0,79	2,20
Admitida 4	Admitida A1	Moody's Investor Services	6.198	4.019	9,29	5,76
Admitida 5	Admitida A	Standard & Poor's/FITCH	228	-	0,34	-
Admitida 6	Admitida A++	A.M. Best Company	19	36	0,03	0,05
Admitida 7	Admitida AA-	Standard & Poor's/FITCH	3.752	6.790	5,63	9,74
Admitida 8	Admitida A	A.M. Best Company	632	-	0,85	-
Admitida 9	Admitida A-	Standard & Poor's/FITCH	2.751	3.691	4,12	5,29
Admitida 10	Admitida A-	Standard & Poor's/FITCH	1.337	1.663	2,00	2,38
Admitida 11	Admitida A+	Standard & Poor's/FITCH	2.590	3.326	3,88	4,77
Admitida 12	Admitida A+	A.M. Best Company	269	145	0,40	0,21
Admitida 13	Admitida A+	A.M. Best Company	3.137	3.702	4,70	5,31
			66.697	69.740	100	100

(*) Não há categoria de risco divulgada.

Desenvolvimento de sinistros As tabelas abaixo apresentam a evolução de desenvolvimento de sinistros administrativos e de sinistros judiciais acumulada bruta e líquida de resseguros das estimativas dos sinistros ocorridos e seus pagamentos até totalizarem o passivo corrente.

Sinistros administrativos - bruto de resseguro						
Data de aviso/cadastro	2010	2011	2012	2013	2014	Total geral
Até um ano	-	-	-	-	34.473	34.473
Após um ano	-	-	-	5.818	-	5.818
Após dois anos	-	-	65	-	-	65
Total geral	-	-	65	5.818	34.473	40.356
Provisões de sinistros a liquidar - DPVAT	-	-	-	-	-	5.634
Total do passivo	-	-	-	-	-	45.990

Sinistros administrativos - líquido de resseguro						
Data de aviso/cadastro	2010	2011	2012	2013	2014	Total geral
Até um ano	-	-	-	-	6.599	6.599
Após um ano	-	-	-	245	-	245
Após dois anos	-	-	10	-	-	10
Total geral	-	-	10	245	6.599	6.854
Provisões de sinistros a liquidar - DPVAT	-	-	-	-	-	5.634
Total do passivo	-	-	-	-	-	12.488

Sinistros judiciais - bruto de resseguro

Data de aviso/cadastro	2010	2011	2012	2013	2014	Total geral
Após cinco anos	518	-	-	-	-	518
Total geral	518	-	-	-	-	518
Provisões de sinistros a liquidar - DPVAT	-	-	-	-	-	15.789
Total do passivo	-	-	-	-	-	16.307

Sinistros judiciais - líquido de resseguro

Data de aviso/cadastro	2010	2011	2012	2013	2014	Total geral
Após cinco anos	518	-	-	-	-	518
Total geral	518	-	-	-	-	518
Provisões de sinistros a liquidar - DPVAT	-	-	-	-	-	15.789
Total do passivo	-	-	-	-	-	16.307

As provisões de DPVAT não são consideradas para fins de desenvolvimento. A inclusão destas provisões pode distorcer as informações apresentadas nesta tabela, tendo em vista que o DPVAT é calculado com base em regulamentação própria. As informações foram incluídas apenas para fins de conciliação com o passivo da Provisão de Sinistros a Liquidar.

Análise de sensibilidade O teste de sensibilidade foi elaborado considerando uma alteração na principal variável que poderia impactar o patrimônio líquido.

Na avaliação foram consideradas variações na ordem de 5% e 10%. Os resultados consideram o impacto no resultado antes dos impostos e no patrimônio líquido conforme abaixo.

Fator de sensibilidade - prêmios	Impacto no resultado antes dos impostos	Impacto no patrimônio líquido
Em 31 de dezembro de 2014:		
Redução de prêmios emitidos em 5%	(6.345)	(3.807)
Redução de prêmios emitidos em 10%	(12.690)	(7.614)
Em 31 de dezembro de 2013:		
Redução de prêmios emitidos em 5%	(6.261)	(3.756)
Redução de prêmios emitidos em 10%	(12.522)	(7.513)

Fator de sensibilidade - sinistros	Impacto no resultado antes dos impostos	Impacto no patrimônio líquido
Em 31 de dezembro de 2014:		
Aumento de sinistros em 5%	(3.594)	(2.156)
Aumento de sinistros em 10%	(7.188)	(4.313)
Em 31 de dezembro de 2013:		
Aumento de sinistros em 5%	(2.533)	(1.520)
Aumento de sinistros em 10%	(5.066)	(3.039)

Fator de sensibilidade - despesas administrativas	Impacto no resultado antes dos impostos	Impacto no patrimônio líquido
Em 31 de dezembro de 2014:		
Aumento das despesas administrativas em 5%	(891)	(535)
Aumento das despesas administrativas em 10%	(1.782)	(1.069)
Em 31 de dezembro de 2013:		
Aumento das despesas administrativas em 5%	(793)	(476)
Aumento das despesas administrativas em 10%	(1.585)	(951)

Concentração de riscos - carteira e área geográfica As operações da seguradora estão voltadas para modalidades de Riscos Patrimoniais, Riscos de Responsabilidades e Riscos Financeiros, sendo que dentro de cada uma, o foco ocorre somente em grandes riscos. Trata-se de projetos de grande porte isolados, que dificilmente serão atingidos ao mesmo tempo por catástrofes naturais. No caso de riscos financeiros, seria necessário ocorrer um evento sistêmico que resultasse na falência generalizada de empresas numa mesma região, o que também é considerado de baixa possibilidade. Por esse motivo a seguradora entende como de baixo risco as potenciais exposições à concentração de risco por região geográfica. Os quadros abaixo demonstram a concentração de risco por região e por grupo de ramos com base no prêmio bruto e no prêmio bruto líquido de resseguro.

Região geográfica	Patrimonial		Responsabilidades		Riscos financeiros		Total (*)	%
	2014	2013	2014	2013	2014	2013		
Centro Oeste	1.491	69,5	201	9,4	452	21,1	2.144	100
Nordeste	3.718	29,2	541	4,2	8.485	66,6	12.744	100
Norte	2.243	36,4	29	0,5	3.883	63,1	6.155	100
Sudeste	10.769	23,6	6.269	12,7	28.678	62,7	45.718	100
Sul	3.142	43,8	1.143	15,9	2.892	40,3	7.177	100
Total	21.363	28,9	8.183	11,1	44.390	60,0	73.936	100

Região Geográfica	Patrimonial		Responsabilidades		Riscos financeiros		Total (*)	%
	2014	2013	2014	2013	2014	2013		
Centro Oeste	440	77,1	43	7,5	88	15,4	571	100
Nordeste	774	45,8	97	5,7	820	48,5	1.691	100
Norte	13	1,6	6	0,8	777	97,6	796	100
Sudeste	234	7,6	788	25,7	2.047	66,7	3.069	100
Sul	571	51,3	114	10,3	427	38,4	1.112	100
Total	2.032	28,1	1.048	14,5	4.159	57,5	7.239	100

(*) Este montante não inclui receitas de prêmios do convênio DPVAT e prêmios de riscos vigentes não emitidos.

Concentração de riscos - moeda A Fator Seguradora S.A. não possui concentrações de riscos significativos em moedas estrangeiras, as emissões ocorrem substancialmente em moeda nacional.

b) Risco de crédito

Risco de crédito é a possibilidade da contraparte de uma operação financeira não cumprir ou sofrer alteração na capacidade de honrar suas obrigações contratuais, podendo gerar assim alguma perda para a Seguradora.

O gerenciamento de risco de crédito inclui o monitoramento de exposições com contrapartes individuais em relação às classificações de crédito por agências avaliadoras de riscos,



Fator Seguradora S.A.
C.N.P.J. nº 33.061.862/0001-83

fator seguradora

—* continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013
(Em milhares de reais - R\$)

Meses	Resultado da operação Futuro DI	
	2014	2013
Janeiro	669	276
Fevereiro	(436)	464
Março	(2)	81
Abril	(88)	(359)
Mai	(81)	695
Junho	(27)	907
Julho	2	(382)
Agosto	2	771
Setembro	35	(325)
Outubro	36	193
Novembro	1	5
Dezembro	1	(112)
Total das operações	113	2.214

As operações com instrumentos financeiros derivativos são negociadas na BM&FBOVESPA - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros, e apresentam a seguinte posição em 31 de dezembro de 2014 e 31 de dezembro de 2013:

Ativo	Indexador de referência	Data de vencimento	Local de negociação	Valor de referência	
				2014	2013
DI	CDI	02/01/2015	BM&FBOVESPA	76.414	-

Em 31 de dezembro de 2014 não há saldo a pagar ou a receber referente a instrumentos financeiros derivativos - ajuste DI (R\$9 em 2013).

10. PRÊMIOS A RECEBER
O detalhamento dos prêmios a receber, considerando os prazos de vencimentos, apresenta a seguinte posição:

Vencidos	2014		2013	
	2014	2013	2014	2013
A vencer de 1 a 30 dias	32.532	22.312	7.489	2.981
A vencer de 31 a 60 dias	7.489	2.981	3.301	4.503
A vencer de 61 a 120 dias	490	46	3.093	2.495
A vencer de 121 a 180 dias	10.177	15.610	57.871	53.626
A vencer acima de 365 dias	47.694	38.017	10.177	15.609
Total	107.075	83.921	78.9	5.679

Circulante
Não circulante

O detalhamento dos prêmios a receber, considerando os ramos de seguro, apresenta a seguinte posição:

	2014		2013	
	Prêmios a receber - bruto	Provisão para riscos sobre créditos líquidos	Prêmios a receber - líquido	Prêmios a receber - líquido
Garantia judicial	59	(19)	40	-
Garantia segurado - Setor público	18.909	(28)	18.881	23.112
Garantia segurado - Setor privado	13.641	(110)	13.531	4.424
Risco de engenharia	16.089	-	16.089	22.204
Garantia de obrigações públicas	398	(21)	377	950
Riscos nomeados e operacionais	4.135	-	4.135	1.130
Garantia de obrigações privadas	325	-	325	266
RC de administradores e diretores (D&O)	878	-	878	521
RC Profissional (E&O)	2.249	-	2.249	1.009
Responsabilidade Civil Geral	1.145	-	1.145	31
Garantia de concessões públicas	221	-	221	-
Fiança Locatícia	58.049	(178)	57.871	53.647
Total	121.133	(303)	120.830	107.075

A movimentação dos prêmios a receber está demonstrada abaixo:

	2014	2013
Saldo no início do exercício	53.626	61.358
Prêmios emitidos	162.258	139.746
Cancelamentos	(66.161)	(49.356)
Recebimentos	(104.915)	(104.053)
Adicional de fracionamento IOF	77	(102)
Prêmios de riscos vigentes não emitidos - PRVNE	1.660	710
Redução ao valor recuperável	(157)	(200)
Transferência de seguro aceito vencido para operações com seguradoras	(560)	(2.210)
Saldo no final do exercício	57.871	53.626

A Seguradora adota como política o recebimento de prêmio em até 20 dias da data de emissão do risco. Ocasionalmente, poderá ocorrer negociação comercial para recebimento de prêmios em até 6 parcelas mensais. Há também emissões de riscos, principalmente relacionados a garantia judicial, onde eventualmente ocorre o parcelamento anual do prêmio, pelo prazo de vigência do risco, que supera 365 dias.

11. CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS E PREVIDENCIÁRIOS

	2014	2013
Ajustes temporais	1.765	1.631
Outros créditos a compensar	1.793	7.336
Total	3.558	8.967

Movimentação dos créditos tributários:
Saldo no início do exercício
Constituição no período
Utilização/reversão no período
Saldo no final do exercício

A Seguradora adota como política o recebimento de prêmio em até 20 dias da data de emissão do risco. Ocasionalmente, poderá ocorrer negociação comercial para recebimento de prêmios em até 6 parcelas mensais. Há também emissões de riscos, principalmente relacionados a garantia judicial, onde eventualmente ocorre o parcelamento anual do prêmio, pelo prazo de vigência do risco, que supera 365 dias.

Os principais processos em aberto em 31 de dezembro de 2014 são:

Os processos fiscais referem-se a questionamentos que envolvem a incidência de impostos, contribuições e encargos sociais, como a dedutibilidade de despesas na base de cálculo da contribuição social em períodos anteriores, discussão sobre a incidência de contribuição previdenciária sobre valores pagos através de cartões de incentivo, questionamentos sobre a utilização de prejuízos fiscais desde 1998, supostas omissões de receitas representadas por variações monetárias ativas nas bases de cálculo do imposto de renda, da contribuição social e do Programa de Integração Social - PIS.

A Seguradora possui processos judiciais fiscais ativos, já transitados em julgado, reconhecidos contabilmente, com valor de R\$2.252 (R\$2.269 em 31 de dezembro de 2013), registrados na rubrica títulos e créditos a receber.

Sinistros em discussão judicial

Todos os processos relativos a sinistros indenizados ou a indenizar em seus diversos estágios processuais são contabilizados com base na avaliação interna conjugada com as avaliações de riscos efetuada e valores informados pelos consultores jurídicos da Seguradora, tendo em vista o mérito das causas, o estágio processual, a importância segurada contratada e a natureza das coberturas das apólices. Esses passivos contingentes estão registrados na rubrica "sinistros a liquidar".

Os processos cíveis referem-se a autuações efetuadas pelo órgão regulador e outros questionamentos referentes principalmente a prêmios de seguros.

Os processos trabalhistas que envolvem a Seguradora são relativos a horas extras, equiparações salariais, devoluções de perdas de planos econômicos, descontos de seguros e vale-alimentação em folha de pagamento.

b) O quadro de processos em curso, de acordo com a avaliação dos advogados é assim sumariado:

Fiscais:	Quantidade de ações		Valor estimado		Provisão contábil		Depósitos judiciais	
	2014	2013	2014	2013	2014	2013	2014	2013
Provável	4	4	832	769	832	769	654	542
Possível (ii)	6	7	5.787	6.608	-	-	-	-
Remota	1	2	210	7.027	-	-	-	-
Total	11	13	6.829	14.404	832	769	654	542

Sinistros: (i)	Quantidade de ações		Valor estimado		Provisão contábil		Depósitos judiciais	
	2014	2013	2014	2013	2014	2013	2014	2013
Provável	4	6	87	237	87	237	-	-
Possível	2	4	271	77	271	77	-	-
Remota	1	1	11	10	11	10	-	-
Total	7	11	369	324	369	324	-	-

Cíveis:	Quantidade de ações		Valor estimado		Provisão contábil		Depósitos judiciais	
	2014	2013	2014	2013	2014	2013	2014	2013
Provável	6	6	242	350	242	371	-	164
Possível (iii)	4	5	107	133	-	-	-	-
Remota	3	4	26	29	-	-	-	-
Total	13	15	375	512	242	371	-	164

Trabalhistas:	Quantidade de ações		Valor estimado		Provisão contábil		Depósitos judiciais	
	2014	2013	2014	2013	2014	2013	2014	2013
Provável	2	2	261	216	261	216	207	177
Possível (iv)	3	4	16	59	-	-	30	6
Remota	2	2	-	-	-	-	153	140
Total	7	8	277	275	261	216	390	323
Total geral	38	47	7.850	15.514	1.704	1.680	1.044	1.031

Ativo circulante - depósitos judiciais
Ativo não circulante - depósitos judiciais
Passivo circulante - provisões judiciais
Passivo não circulante - provisões judiciais

(i) A Provisão de Sinistros a Liquidar - PSL (judicial) é constituída com base na estimativa dos valores a indenizar efetuada por ocasião do recebimento do aviso de sinistro ou notificação do processo judicial, bruta dos ajustes de resseguro e líquida de coseguro.

(ii) Os processos fiscais no valor de R\$5.787 (R\$6.608 em 2013), classificados como de perda possível, referem-se a questionamentos que envolvem a incidência e reconhecimento de variações monetárias ativas de depósitos judiciais para fins de cálculo do imposto de renda da pessoa jurídica - IRPJ e contribuição social sobre o lucro líquido - CSLL, de períodos anteriores, discussão sobre a incidência de contribuição previdenciária sobre valores pagos através de cartões de incentivo e supostas omissões de receitas representadas por variações monetárias ativas nas bases de cálculo do imposto de renda, da contribuição social e do programa de integração social - PIS.

(iii) Os processos cíveis no valor de R\$107 (R\$133 em 2013), classificados como de perda possível, referem-se a autuações efetuadas pelo órgão regulador e outros questionamentos referentes principalmente a prêmios de seguros.

(iv) Os processos trabalhistas no valor de R\$16 (R\$59 em 2013), classificados como de perda possível, referem-se INSS incidente sobre acordo em processo trabalhista, adicional de periculosidade e devolução de descontos relacionados a seguros.

Saldos em 31 de dezembro de 2013

	Fiscais	Sinistros	Cíveis	Trabalhistas
Constituições/Reestimativas (i)	769	324	371	216
Liquidações	101	45	(105)	70
Total	870	369	266	286

(i) Riscos em 31 de dezembro de 2014

(ii) Referem-se a atualizações monetárias, provisões para novos processos judiciais, constituições, reversões e complementos em razão da atualização das posições dos consultores legais.

13. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS
a) Despesas corporativas

Em junho de 2009, a Seguradora passou a investir parte de seu portfólio em Fundo de Investimento Exclusivo Multimercado, que tem como administrador, o Banco Fator S.A., seu único acionista, e como gestora a FAR - Fator Administração de Recursos Ltda.

O Banco Fator S.A. auxilia a Fator Seguradora através da Central de Riscos e Compliance, no cálculo do risco de mercado e liquidez associados à utilização de derivativos e também em matéria relacionada a recursos humanos, tecnologia, marketing e controles internos.

Em 26 de setembro de 2014 foi firmado instrumento particular de acordo para reembolso de custos e despesas entre empresas integrantes do Conglomerado Fator. As partes utilizam estruturas e áreas corporativas em comum, típicas de suporte, bem como celebram contratos diretamente com fornecedores e/ou prestadores de serviços em geral, utilizados por todas as empresas do Conglomerado, com a finalidade de diminuição de custos, tendo em vista a contratação em maior quantidade.

Conforme abaixo discriminado, em 31 de dezembro de 2014, a Seguradora apresenta saldo a pagar e despesas, em razão deste acordo:

	Passivos - obrigações a pagar		Despesas corporativas com utilização de estruturas comuns e contratos firmados para o Conglomerado	
	2014	2013	2014	2013
Banco Fator S.A.	533	1.956	-	-
Fator S.A. Corretora de Valores	485	1.763	-	-
Far - Fator Administração de Recursos Ltda.	46	187	-	-
Fator Empreendimentos e Participações Ltda.	1	5	-	-
Total	1.065	3.911	-	-

b) Remuneração do pessoal chave da administração

Honorários
Gratificações e participações nos lucros
Encargos

A Seguradora não possui benefícios de longo prazo, de rescisão de contrato de trabalho ou remuneração baseada em ações para seu pessoal-chave da Administração.

c) Outras informações

Em 31 de dezembro de 2014, a Seguradora apresenta saldo a pagar a seu acionista, o Banco Fator S.A., no valor de R\$ 4.463 referente a dividendos do exercício corrente (R\$4.881 em 2013).

14. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social
Em 31 de dezembro de 2014 o capital social totalmente subscrito e integralizado é de R\$97.352 (R\$97.352 em 2013) e está representado por 4.814 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, pertencentes a acionista domiciliado no País.

b) Dividendos
O Estatuto Social da Seguradora prevê distribuição de dividendo mínimo obrigatório de 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido ajustado, salvo deliberação em contrário da Assembleia Geral, na forma do artigo 20 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976.

Em Assembleia Geral Extraordinária - AGE, realizada em 30 de dezembro de 2014, foi ratificada a distribuição de dividendo mínimo obrigatório no montante de R\$ 4.463 (R\$ 4.881 em 2013).

c) Juros sobre capital próprio

Em Assembleia Geral Extraordinária - AGE, realizada em 30 de dezembro de 2014, em complemento ao dividendo mínimo obrigatório, foi decidido pelo pagamento de juros sobre o capital próprio - JCP, apurado com base na taxa de juros de longo prazo - TLP, sobre o patrimônio líquido, gerando um montante de R\$ 6.250 (R\$ 5.763 em 2013) a pagar ao acionista. Para fins de apresentação das demonstrações financeiras, esses juros foram revertidos da conta de resultado (despesas financeiras), e apresetados como destinação do lucro. O montante creditado reduziu a base de cálculo do imposto de renda e contribuição social, o que proporcionou redução de carga tributária no montante de R\$2.500 (R\$2.305 em 2013).

15. DETALHAMENTO DAS PROVISÕES TÉCNICAS E CUSTO DE AQUISIÇÃO POR RAMOS - SEGUROS

a) Provisões técnicas

Ramos	Provisão prêmios não ganhos		Provisão de sinistros a liquidar		Provisão para sinistros ocorridos mas não avisados		Outras provisões	
	2014	2013	2014	2013	2014	2013	2014	2013
Acidentes pessoais	-	-	4	4	-	-	-	-
Renda de eventos aleatórios	-	-	43	42	-	-	-	-
Vida em grupo	-	-	470	422	-	-	-	-
DPVAT	-	-	21.423	19.838	22.017	16.328	527	162
Garantia de obrigações - públicas	7.601	10.266	1.658	784	-	-	-	-
Garantia de obrigações - privadas	674	2.089	-	-	-	-	-	-
Garantia de concessões - públicas	106	291	-	-	-	-	-	-
Garantia judicial	2.022	4.434	-	-	-	-	-	-
Responsabilidade civil de administradores e diretores - D&O	1.791	731	207	334	53	29	-	-
Responsabilidade civil profissional - E&O	2.171	989	-	269	536	209	-	-
Responsabilidade civil geral	1.992	449	2.066	300	946	43	-	-
Riscos de Engenharia	39.558	42.479	5.032	10.719	429	2.210	-	-
Garantia segurado - Setor público	44.877	54.178	-	-	-	-	-	-
Garantia segurado - Setor privado	42.837	42.670	30.252	1.080	-	-	-	-
Riscos nomeados e operacionais	8.752	2.128	1.142	2.123	1.384	545	-	-
Fiança Locatícia	343	-	-	-	16	-	-	-
Total	152.724	160.704	62.297	35.915	25.381	19.364	527	162

b) Ramos

Ramos	Provisão prêmios não ganhos		Provisão de sinistros a liquidar		Provisão para sinistros ocorridos mas não avisados		Outras provisões	
	2014	2013	2014	2013	2014	2013	2014	2013
Acidentes pessoais	-	-	-	-	1	-	-	-
Renda de eventos aleatórios	-	-	-	-	24	-	-	-
Vida em grupo	26	50	-	-	-	-	-	-
DPVAT	-	-	-	-	-	-	-	-
Garantia de obrigações - públicas	-	-	-	-	-	-	-	-
Garantia de obrigações - privadas	-	-	-	-	-	-	-	-
Garantia de concessões - públicas	-	-	-	-	-	-	-	-
Garantia judicial	-	-	-	-	-	-	-	-
Responsabilidade civil de administradores e diretores - D&O	14	-	-	-	27	-	-	-
Responsabilidade civil profissional - E&O	17	-						



Fator Seguradora S.A.
C.N.P.J. nº 33.061.862/0001-83

fator seguradora

* continuação	DIRETORIA	CONTADOR	ATUÁRIO
	A Diretoria	Sílvia Salsman Guardia CRC 15P228485/O-7	Sérgio J. Leonardi MIBA 411

PARECER DOS ATUÁRIOS INDEPENDENTES

Aos Acionistas e Administradores da **Fator Seguradora S.A.**
São Paulo - SP

Examinamos as provisões técnicas, exceto aquelas referentes ao seguro DPVAT, no montante de R\$43.967 mil, os ativos de resseguro e retrocessão registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, da solvência e dos limites de retenção da Fator Seguradora S.A. ("Sociedade"), em 31 de dezembro de 2014, descritos nas notas explicativas integrantes das demonstrações financeiras da Sociedade, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração, de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP.

Responsabilidade da Administração
A Administração da Sociedade é responsável pelas provisões técnicas, pelos ativos de resseguro e retrocessão registrados nas demonstrações financeiras e pelos demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, da solvência e dos limites de retenção que ela determinou serem necessários para permitir a sua elaboração livre de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos atuários independentes
Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre as provisões técnicas, os ativos de resseguro e retrocessão registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, da solvência e dos limites de retenção descritos nas notas explicativas integrantes das demonstrações financeiras da Sociedade para planejar procedimentos de auditoria atuarial que são apropriados às circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a efetividade desses controles internos da Sociedade.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião de auditoria atuarial.

Opinião
Em nossa opinião, as provisões técnicas, exceto aquelas referentes ao seguro DPVAT, no montante de R\$43.967 mil que não foi objeto de nossos exames, os ativos de resseguro e retrocessão registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, da solvência e dos limites de retenção descritos nas notas explicativas integrantes das demonstrações financeiras da Sociedade anteriormente referidas da Fator Seguradora S.A. em 31 de dezembro de 2014, foram elaborados, em todos os aspectos relevantes, de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo IBA e com as normas da SUSEP e do CNSP.

São Paulo, 27 de fevereiro de 2015

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Consultores Ltda.
CNPJ 02.189.924/0001-03 CIBA 45
João Batista da Costa Pinto MIBA 944

Aos Acionistas e Administradores da **Fator Seguradora S.A.**
São Paulo - SP

Examinamos as demonstrações financeiras da Fator Seguradora S.A. ("Seguradora"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2014 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras
A Administração da Seguradora é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes
Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Seguradora para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados às circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Seguradora. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião
Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anteriormente referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Fator Seguradora S.A. em 31 de dezembro de 2014, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP.

São Paulo, 27 de fevereiro de 2015

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes
CRC nº 2 SP 011609/O-8
Contador - **Marcelo Luis Teixeira Santos**
CRC nº 1 PR 050377/O-6



www.fator.com.br

Valor ECONÔMICO

Notícias que geram negócios



O Valor Econômico é sinônimo de qualidade e credibilidade, seja no meio impresso ou digital. Sua cobertura abrangente, equipe especializada e diversidade de serviços fazem do Valor uma das marcas mais respeitadas do país.

www.valor.com.br